

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

**CADERNO DE ENCARGOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
EVOLUTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA SOLUÇÃO G/INTERÁQUA 2025-2027**

PRC/2024/060/SI/CP

CADERNO DE ENCARGOS

ABRIL DE 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a Objeto

- I. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar cujo objeto consiste na prestação, pelo Adjudicatário, de serviços de manutenção evolutiva e assistência técnica da solução G/Interáqua atualmente utilizado pela AdCL, para o período de 2025 a 2027, designado “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua 2025-2027*”, com a observância das especificações técnicas constantes no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos.
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos.
 - d) A proposta.
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços.
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no número I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a
Prazo contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte à data da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, e considerar-se-á outorgado na última data de aposição de assinatura e vigorará pelo prazo máximo de 1 (um) ano, prorrogável até ao limite máximo de duração de 3 (três) anos, desde que nenhuma das partes se oponha à renovação, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. A oposição à renovação referida no número 1 da presente cláusula efetua-se, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, antes da (eventual) renovação.
3. Caso seja a AdCL a opor-se à renovação do contrato a mesma não confere ao adjudicatário direito ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a
Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:
 - a) Executar todas as prestações previstas e o cumprimento das condições estabelecidas no caderno de encargos e respetivos anexos.
 - b) Realizar todos os serviços previstos no caderno de encargos, nas condições de prazo e preço adjudicados.
 - c) Executar todos os serviços que lhes forem adjudicados, tal como descrito no presente caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
 - d) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma eficiente concretização dos objetivos definidos no presente Caderno

de Encargos, além de uma correta articulação entre o prestador de serviços e os representantes da AdCL.

- e) Designar um responsável pela prestação de serviços, com responsabilidade pelo tratamento dos assuntos relacionados com a gestão do contrato.
 - f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdCL, nos termos que lhe são legalmente permitidos enquanto Entidade Adjudicante.
 - g) Prestar as informações que forem solicitadas pela AdCL, considerando-se o prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis.
 - h) O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “*Regulamento para Fornecedores*”, “*Código de Conduta de Fornecedores*” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem.
 - i) O Adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior.
 - j) O Adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos da AdCL, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores e Regulamento para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso.
2. Constitui, também, obrigação do Adjudicatário evidenciar que é titular de todos os direitos de propriedade intelectual e industrial relativos ao objeto do presente contrato, designadamente:
- a) De todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de *software* e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato a celebrar.
 - b) Da manutenção válida de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.
3. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- I. O Adjudicatário obriga-se, no prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da data de celebração do contrato, a proceder à entrega dos elementos referentes à execução do contrato e ainda os necessários para cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no

Regulamento para Fornecedores nomeadamente os constantes no Anexo I do RG.01 – Regulamento para Fornecedores.

2. O Adjudicatário obriga-se, também, a relatar os desenvolvimentos, os trabalhos e as ações realizados no âmbito do presente contrato, nos termos do ponto 6.1 do **Anexo I** deste caderno de encargos, designadamente os relativos:
 - a) Aos *upgrades* efetuados ao pacote de licenciamento associado à solução G/Interáqua instalada na AdCL.
 - b) À assistência técnica especializada realizada à G.INTERÁQUA instalada na AdCL.
3. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da entrega dos elementos previstos na alínea a) do número 2, o Contraente Público procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar ao Contraente Público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
5. No caso de a análise a que se refere o número 3 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente caderno de encargos, o Contraente Público deve informar, por escrito, o Adjudicatário.
6. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Contraente Público, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e demais requisitos exigidos.
7. Após a realização das alterações e complementos necessários, o Contraente Público procede a nova análise, nos termos do número 3.
8. Caso a análise a que se refere o número 3 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar do termo da análise, declaração de aceitação pelo Contraente Público.
9. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos.

Cláusula 6.^a
Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.^a
Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Contraente Público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do Contraente Público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Contraente Público, ou por quem atue em representação deste.

6. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do Contraente Público, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Adjudicatário deve comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o Contraente Público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Contraente Público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Contraente Público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Contraente Público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir o Contraente Público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Adjudicatário é fundamento de

resolução do presente contrato com justa causa pelo Contraente Público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 8.^a
Conservação de dados pessoais

1. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo Contraente Público.
2. Dependendo da opção do Contraente Público, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 9.^a
Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do Contraente Público, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o Contraente Público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 14.^a
Preço contratual e preço base

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base anual é de 42.250,00€ (quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta euros), o que resulta no valor de preço base do procedimento no valor de 123.750,00€ (cento e vinte e três mil, setecentos e cinquenta euros), caso ocorram as renovações previstas no Caderno de Encargos.

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.^a **Condições de pagamento**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada e referente ao licenciamento, manutenção evolutiva e assistência técnica especializada da solução G/Interáqua utilizada pelo Contraente Público, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Contraente Público deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta dias*) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pelo Contraente Público, nos termos da cláusula 5.^a.
4. Para os efeitos da obrigação prevista no número 1 da presente cláusula, o Adjudicatário apresentará uma fatura mensal, se as partes não acordarem outro período, considerando-se a obrigação vencida com a apresentação, correspondente ao mesmo período, de um reporte do parcial de licenciamento respeitante ao período em causa, as ações de manutenção evolutiva (instalação de novas versões e atualizações) e do conjunto de ações de assistência técnica e respetivo consumo de horas realizado, nos termos previsto no ponto 6.1 do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
5. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao Adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. A falta de pagamento dos valores contestados pelo Contraente Público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, o Contraente Público proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 4, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e serão pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.

8. As faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.
9. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.^a Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário ao Contraente Público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda - é obrigatória a menção do número da Nota de Encomenda na Fatura (ficheiro EDI - no campo cbc:ID da estrutura cac:OrderReference) - e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o consequente não reconhecimento das obrigações.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no número 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao objeto do contrato e dos níveis de serviço estabelecidos no **Anexo I** do caderno de encargos, até 2% (*dois por cento*) do valor do contrato por cada dia de atraso;
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º I, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.^a
Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias;
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o Contraente Público a

resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 22.ª

Resolução do contrato por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 23.ª

Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 24.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguros de acidentes de trabalho;
 - b) Seguros de viaturas e outros equipamentos associados à prestação do presente contrato;
 - c) Seguro de responsabilidade civil com capital mínimo a segurar de 150.000,00€ (*cento e cinquenta mil euros*).
2. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o Contraente Público e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 27.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 28.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 29.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Anexo I

Descrição, requisitos e especificações do serviço

I. Identificação de Software de Base e dos Módulos Aplicacionais da Solução G/InterAqua instalados ou a instalar no SIG da AdCL e sujeitos a manutenção evolutiva

I.1 A solução de SIG da AdCL constitui-se como o principal repositório dos dados georreferenciados relativos aos cadastros dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais geridos pela AdCL.

I.2 No **Quadro I** apresentam-se os produtos de software e respetivas quantidades que constituem a solução de SIG G/InterAqua instalada na AdCL, na sua atual configuração.

Licenças utilizadas ou a utilizar no SIG.AdCL	Modalidade licenciamento	Número licenças
Oracle (5 utilizadores)	ASFU	3
GeoMedia Professional	nodelock	2
GeoMedia Essentials	nodelock	1
GeoMedia Professional	concorrente	1
GeoMedia Essentials	concorrente	1
GeoMedia WebMap Essentials	ONE	2
G/InterAqua Web		2
G/InterAqua Administração		3
G/InterAqua Edição e Análise	nodelock	2
G/InterAqua Base	nodelock	3
G/InterAqua Relatórios	nodelock	3
G/InterAqua Plots	nodelock	3
G/InterAqua Perfis Saneamento	nodelock	1
G/InterAqua Edição e Análise	concorrente	1
G/InterAqua Base	concorrente	2
G/InterAqua Relatórios	concorrente	2
G/InterAqua Plots	concorrente	2
G/InterAqua Perfis Saneamento	concorrente	1

Quadro I – Software em utilização

I.3 No **Quadro 2** encontra-se listado o pacote de software de base e dos módulos aplicacionais disponíveis durante o período de vigência do contrato de manutenção evolutiva, sem limite de quantidades e considerando as necessidades da AdCL e uma efetiva e racional utilização, de licenças adicionais e de novos produtos de software.

Licenças utilizadas ou a utilizar no SIG.AdCL	
Software Base	G/InterAqua Perfis Saneamento (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Professional (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua Perfis Águas (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Advantage (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua EPANET (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Essentials (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua SWMM (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Transportation Manager (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua LIMS (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Professional (<i>concorrente</i>)	G/InterAqua Consumos (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Advantage (<i>concorrente</i>)	G/InterAqua CCTV (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Essentials (<i>concorrente</i>)	G/InterAqua Ordens de Trabalho (<i>nodelock</i>)
GeoMedia Transportation Manager (<i>concorrente</i>)	G/InterAqua Edição e Análise (<i>concorrente</i>)
GeoMedia WebMap Essentials - ONE	G/InterAqua Base (<i>concorrente</i>)
Geomedia WebMap Advantage - ONE	G/InterAqua Relatórios (<i>concorrente</i>)
Intergraph Geospatial Portal (ONE)	G/InterAqua Plots (<i>concorrente</i>)
Módulos Aplicacionais	G/InterAqua Perfis Saneamento (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Administração	G/InterAqua Perfis Águas (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Web Plus	G/InterAqua LIMS (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Web	G/InterAqua EPANET (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Edição e Análise (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua SWMM (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Base (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua Consumos (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Relatórios (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua CCTV (<i>concorrente</i>)
G/InterAqua Plots (<i>nodelock</i>)	G/InterAqua Ordens de Trabalho (<i>concorrente</i>)

Quadro 2 – Software disponível

2. Âmbito e especificação geral dos serviços

- 2.1 Os serviços da “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” serão prestados tendo como âmbito as instalações administrativas e técnicas da AdCL que constituem o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Centro Litoral, podendo ser executados em qualquer um dos seguintes locais:
- a) Polo Mondego, na ETA da Boavista, Avenida Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra;
 - b) Polo Lis, na ETAR de Olhalvas, Avenida das Comunidades Europeias, 2410-099 Leiria;
 - c) Polo Ria, no Edifício do Polo de Aveiro, Rua Capitão Sousa Pizarro 60, 3810-076 Aveiro;
- 2.2 Para os efeitos do número anterior, encontra-se incluído no contrato a celebrar, desde que requerido pelo Contraente Público, a obrigação do Adjudicatário efetuar até um máximo de 2 (*duas*) deslocações anuais a uma qualquer localização prevista no ponto 2.1, para atividades expressamente previstas no âmbito dos serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” a contratar.
- 2.3 Os serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” serão devidamente enquadrados numa solicitação de intervenção ou num programa de ações e

- serão devidamente verificados e reportados em relatórios periódicos e circunstanciados a elaborar pelo Adjudicatário.
- 2.4 Os serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” serão preferencialmente solicitados via correio eletrônico ou telefone/telemóvel, podendo, no entanto, também ser solicitados via internet no caso de o Adjudicatário vir a disponibilizar uma plataforma de *helpdesk* para o efeito.
- 2.5 As atividades de suporte técnico especializado previstas no número anterior podem ser realizadas por IM, e-mail, chamada telefónica e videochamada ou, em casos que se justifiquem tecnicamente, por ligação remota aos servidores da AdCL.
- 2.6 Os serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*”, sempre que adequada e tecnicamente suportado, podem ser prestados com base em acesso remoto aos sistemas e equipamentos instalados. Para tal, a AdCL poderá disponibilizar o referido acesso dentro de um quadro de obrigações de sigilo e procedimentos de segurança a que o Adjudicatário se encontra obrigado a observar.
- 2.7 Nos casos em que não seja tecnicamente adequado ou possível a prestação da assistência por qualquer uma das formas indicadas nos números anteriores, a assistência será prestada presencialmente nas instalações da AdCL.
- 2.8 Os serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” a prestar presencialmente, sempre que se justificar, serão objeto de prévia informação, aprovação e confirmação por parte da AdCL.
- 2.9 O suporte técnico especializado presencial nas instalações da AdCL será executado por técnicos do prestador de serviço sob a responsabilidade deste último.
- 2.10 Nos termos deste caderno de encargos serão considerados serviços não previstos quaisquer ações ou serviços que não possam ser enquadráveis em qualquer dos serviços previstos nos números anteriores.
- 2.11 Quaisquer serviços não previstos, só serão realizados por solicitação expressa da AdCL, ou por proposta do Adjudicatário, mediante acordo prévio da AdCL, sendo sempre efetuados dentro das condições aqui definidas, ou outras que venham a ser para o efeito acordadas.
- 2.12 A prestação dos serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” será gerida pelo Gestor do Contrato, designadamente no que respeita à definição, preparação, realização, registo e avaliação dos serviços.
- 2.13 Ao Adjudicatário caberá realizar os serviços em estrita colaboração e observância dos princípios, das regras e procedimentos de intervenção adotados pela AdCL.

- 2.14 Os serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” serão sempre objeto de prévia solicitação por parte do Gestor do Contrato ou, por prévia aprovação deste, no caso de a iniciativa pertencer ao Adjudicatário.
- 2.15 Os serviços *helpdesk* de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” poderão, também, ser solicitados pela Área de SIG/Cadastro da AdCL, sem prejudicar o devido reporte dos mesmos, pelos moldes estabelecidos, ao Gestor do Contrato.
- 2.16 O Adjudicatário obriga-se a realizar todas as atividades de assistência técnica em total observância das disposições regulamentares internas da AdCL, nos capítulos da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social, assim como observando todas as orientações regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, definidas pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril de 2016), pela legislação portuguesa aplicável e em vigor e pela normalização interna que a AdCL vier a adotar.
- 2.17 As atividades de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” poderão também ser realizadas por sugestão do Adjudicatário, devendo este justificar, enquadrar e valorizar a necessidade e realização das mesmas, estando sujeitas à aprovação prévia da AdCL.
- 2.18 O Adjudicatário obriga-se a estar permanentemente contactável, disponibilizando para o efeito um contacto rápido via telefone móvel e um endereço de correio eletrónico para estabelecimento de contacto e troca de informação.

3. Âmbito e especificação dos serviços associados à manutenção evolutiva de software

- 3.1 A componente de manutenção evolutiva de software dos serviços de “*Manutenção Evolutiva e Assistência Técnica da Solução G/Interáqua*” inclui:
 - a) O fornecimento e a disponibilização de versões e atualizações do *software* de base e dos módulos aplicativos existentes e atualmente instalados, em número e tipo, na *solução G/Interáqua* atualmente utilizado pela AdCL, conforme descrito no número 1 do presente **Anexo I** do Caderno de Encargos, bem como o acesso a correções do mesmo.
 - b) A disponibilização de novas funcionalidades que venham a ser desenvolvidas em cada um dos *softwares* e módulos aplicativos existentes ou a instalar na *solução G/Interáqua* atualmente utilizado pela AdCL, conforme descrito no número 2 do presente **Anexo I** do Caderno de Encargos.
 - c) A instalação nos equipamentos informáticos da AdCL de novas versões e atualizações do *software* de base e dos módulos aplicativos existentes ou a instalar na *solução G/Interáqua* atualmente utilizado pela AdCL, conforme descrito no número 1 do presente **Anexo I** do Caderno de Encargos.
 - d) O apoio às ações de instalação, configuração e utilização do *software* de base e aos módulos aplicativos disponíveis para instalação na *solução G/Interáqua* atualmente

utilizado pela AdCL, incluindo a correção de erros, anomalias e incidentes, assim como a verificação da implementação das aplicações previstas nas alíneas anteriores, nomeadamente através da realização de ciclos de teste e monitorização da conformidade.

4. Âmbito e especificação dos serviços associados ao *helpdesk*

- 4.1 Os serviços de *helpdesk* serão prestados num modelo de bolsa de disponibilidade de horas de prestação de serviços concretizado num pacote de 20 (*vinete*) horas anuais e envolvem o suporte técnico especializado a prestar pelo adjudicatário na programação, configuração, organização e utilização do software de base e aos módulos aplicativos instalados no SIG da AdCL, assim como dos dados neste inseridos e que pela sua natureza não possam ser entendidos como ações de *helpdesk* nos termos definidos no ponto anterior.
- 4.2 No âmbito dos serviços de *helpdesk* poderão ser realizadas várias tarefas relacionadas com a configuração, manutenção e utilização do *software* de base e dos módulos aplicativos instalados nas instalações da AdCL, nomeadamente:
- a) Acompanhamento e apoio às atividades desenvolvidas pelos administradores locais da solução SIG da AdCL.
 - b) Acompanhamento e apoio às atividades desenvolvidas pelos utilizadores locais da solução SIG da AdCL.
 - c) Suporte técnico à plataforma de hardware e software que constitui o SIG da AdCL.
 - d) Realização de ações de informação e esclarecimentos de dúvidas necessários para uma boa utilização e fiabilidade na execução dos trabalhos.
 - e) Realização de ações de reformulação e reorganização de dados e informação.
 - f) Identificação de melhorias e novas funcionalidades no *software* base e módulos aplicativos.
- 4.3 No âmbito dos serviços de *helpdesk* poderão ainda ser realizadas ações de informação e de formação a administradores e utilizadores do SIG da AdCL, compreendendo todos os módulos que nele se encontrem integrados.
- 4.4 Para os efeitos dos números anteriores, considera-se que os administradores e utilizadores da solução SIG da AdCL desenvolvem os seus trabalhos nas instalações da AdCL indicadas no número 2.1 do presente **Anexo I** do caderno de encargos:

5. Níveis de serviço - SLA

- 5.1 Os pedidos das correções previstas na alínea d) do n.º 3.1 devem ser respondidos dentro dos seguintes prazos:
- a) 4 (*quatro*) horas, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico especializado, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade elevada e que respeitem

a pedidos que visem a resolução de problemas com consequências muito graves, que impeçam a realização de tarefas críticas para a AdCL, designadamente por completa falha ou paragem do sistema, bem como por erros de funcionamento que afetem as principais funções;

- b) 8 (oito) horas, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico especializado, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade normal e que respeitem a pedidos que visem a resolução de problemas que impeçam a realização de tarefas para a AdCL, designadamente, em consequência da inoperacionalidade ou erro de funções gerais;

5.2 As intervenções de manutenção e suporte devem ser realizadas em dias úteis, exceto em caso de indicação em contrário por parte da entidade adjudicante.

6. Relatórios dos serviços executados

- 6.1 O Adjudicatário apresentará ao final de cada 6 meses do contrato um relatório circunstanciado de atividades, no qual relatará as atividades desenvolvidas no semestre correspondente, nomeadamente a data, o local, o descritivo e o resultado de cada intervenção, os recursos técnicos e humanos utilizados e o formato da intervenção (remota/presencial), o tempo gasto com cada intervenção e demais observações e recomendações tendentes à boa condição e funcionamento do SIG da AdCL.

7. Direitos de propriedade intelectual e industrial

- 7.1 O Adjudicatário deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de *software* e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato a celebrar.
- 7.2 O Adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.

ANEXO II

Mapa de quantidades

Item	Descrição	Qtd	Un
1	<p>Pacote de software base + módulos aplicativos, composto por:</p> <p>----- Software Base -----</p> <p>---</p> <p>GeoMedia Professional (<i>node-lock</i>), GeoMedia Advantage (<i>node-lock</i>), GeoMedia Essentials (<i>node-lock</i>), GeoMedia Transportation Manager (<i>node-lock</i>), GeoMedia Professional (<i>concorrente</i>), GeoMedia Advantage (<i>concorrente</i>), GeoMedia Essentials (<i>concorrente</i>), GeoMedia Transportation Manager (<i>concorrente</i>), GeoMedia WebMap Essentials (<i>one</i>), Geomedia WebMap Advantage (<i>one</i>) e Intergraph Geospatial Portal (<i>one</i>)</p> <p>----- Módulos aplicativos -----</p> <p>---</p> <p>G/InterAqua Administração, G/InterAqua Web Plus, G/InterAqua Web, G/InterAqua Edição e Análise (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Base (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Relatórios (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Plots (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Perfis Saneamento (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Perfis Águas (<i>node-lock</i>), G/InterAqua EPANET (<i>node-lock</i>), G/InterAqua SWMM (<i>node-lock</i>), G/InterAqua LIMS (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Consumos (<i>node-lock</i>), G/InterAqua CCTV (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Ordens de Trabalho (<i>node-lock</i>), G/InterAqua Edição e Análise (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Base (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Relatórios (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Plots (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Perfis Saneamento (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Perfis Águas (<i>concorrente</i>), G/InterAqua LIMS (<i>concorrente</i>), G/InterAqua EPANET (<i>concorrente</i>), G/InterAqua SWMM (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Consumos (<i>concorrente</i>), G/InterAqua CCTV (<i>concorrente</i>), G/InterAqua Ordens de Trabalho (<i>concorrente</i>)</p>	3	un
2	<p>Pacote de 20 horas anuais para consultoria, implementação e helpdesk</p>	3	un